



PODER LEGISLATIVO DE GUARAPUAVA

Estado do Paraná

CNPJ: 77.774.495/0001-30

Rua Pedro Alves, 431, centro – CEP: 85.010-080

Telefone: (42) 3630 3800

LEI Nº 2805/2018

Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei Municipal nº 2.628, de 25 (vinte e cinco) de maio de 2017 (dois mil e dezessete).

Art. 1º A Lei Municipal nº 2.628, de 25 de maio de 2.017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 1º** É considerada de pequeno valor, para fins do disposto no §3º do artigo 100 da Constituição Federal, a obrigação de pagar quantia certa decorrente de decisão judicial transitada em julgado que tenha condenado o Município de Guarapuava, suas autarquias ou fundações, em processo de cujo contraditório o ente público tenha feito parte, cujo montante total atualizado, englobando principal, custas e despesas processuais, seja igual ou inferior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Parágrafo único. Na hipótese do valor do maior benefício pago pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS ser superior à quantia estipulada no *caput*, será automaticamente considerada como obrigação de pequeno valor aquela cujo montante seja igual ou inferior ao valor do maior benefício concedido pelo RGPS.

Art. 2º O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de sessenta dias úteis, contado da apresentação de requerimento à entidade devedora, devidamente protocolado no Protocolo Geral do Município, instruído com a Requisição/Certidão de Pequeno Valor – RPV/CPV – original, expedida pelo Cartório ou Secretaria judicial competente, demonstrando o trânsito em julgado do processo respectivo, a discriminação dos valores devidos, bem como a inexistência de expedição de precatório requisitório ou de outra RPV/CPV para o mesmo crédito em questão.

(...).

Art. 3º (Revogado).

§1º (Revogado).

§2º (Revogado).”



PODER LEGISLATIVO DE GUARAPUAVA

Estado do Paraná

CNPJ: 77.774.495/0001-30

Rua Pedro Alves, 431, centro – CEP: 85.010-080

Telefone: (42) 3630 3800

Art. 2º As demais disposições da Lei Municipal nº 2.628, de 25 de maio de 2017, permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarapuava, em 26 de abril de 2018.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de Lei visa estabelecer e quantificar, dentro do ordenamento jurídico do Município, o conceito e alcance da “obrigação de pequeno valor”, em conformidade com a sistemática delimitada pelo artigo 100, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal.

Cabe relatar que o projeto de Lei se justifica, primeiro, pela faculdade outorgada pela Constituição Federal aos Municípios, e, segundo, pela necessidade de resguardo do orçamento municipal em face de uma eventual emissão e pagamento de volume considerável e inesperado de RPV's/CPV's.

Ainda, vale lembrar que, a alteração corresponderá com realidade orçamentaria atual do município evitando futuros transtornos à Administração Municipal.

Assim, em observância aos princípios da eficiência e do interesse público a propositura é de extrema importância para manter a continuidade dos serviços e a organização das ações municipais.

Ante ao todo exposto, requer e espera a aprovação do presente projeto de Lei por essa Nobre Casa Legislativa.